



CONFERÊNCIA ORÇAMENTO DO ESTADO 2013

Paulo Alexandre Coelho



O presidente do BPI, Fernando Ulrich, quer um plano para que Portugal atraia investimento alemão.

Crescimento e dívida pública são as maiores preocupações

Presidente do BPI defende um "Plano Merkel" para pôr a economia portuguesa a crescer.

Marta Moitinho Oliveira
marta.oliveira@economico.pt

Portugal deve preparar um plano de médio/longo prazo que possa ser alargado aos parceiros europeus. A ideia de criar um "Plano Merkel", que foi defendida pelo presidente do BPI, pretende dar resposta à falta de crescimento económico, que a par da dívida pública se revelaram as duas maiores preocupações dos oradores da conferência "III Fórum Fiscalidade: Orçamento do Estado para 2013", organizada pelo Diário Económico e pela Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas (OTOC).

"Chegados a meio do programa de ajustamento, devemos começar a pensar ainda mais no que deve ser o País no médio longo prazo", disse Fernando Ulrich, acrescentando que este plano "serve para fomentar o crescimento".

Em declarações aos jornalistas, Ulrich defendeu que esta "agenda deve ser trabalhada" pela maioria, oposição e parceiros sociais, podendo ser adoptada depois por outros países, chamando-lhe assim "Plano Merkel".

Questionado sobre se uma

eventual descida da taxa de IRC para 10% e a criação de um banco de fomento poderiam ser incluídas neste plano, o presidente do BPI rejeitou "medidas avulsas".

No entanto, frisou que a ideia deste plano não tem uma "perspectiva assistencialista", mas sim de criar condições para, por exemplo, "atrair investimento alemão".

Sobre a necessidade de rever as funções do Estado - a questão que marcou o debate do Orçamento do Estado para 2013 -, o presidente do BPI defendeu que "as clivagens sociais serão maiores se as funções do Esta-

do não forem discutidas". Fernando Ulrich acrescentou, porém, que este debate vai "exigir opções difíceis".

A preocupação com o crescimento foi também partilhada pelo professor do ISEG Vítor Gonçalves, que mostrou dúvidas quanto à trajetória das exportações, que até agora têm sido a única componente do crescimento económico a evoluir de favoravelmente. "Infelizmente já existem alguns sinais de que [as exportações] estão em desaceleração", disse o economista. Recordou-se que durante a quinta revisão do memorando, a 'troika' forçou o Governo a aceitar uma previsão de saldo externo mais prudente, devido aos receios sobre a trajetória das exportações, tendo em conta a crise em Espanha.

Paulo Trigo Pereira, também professor no ISEG, afirmou que neste momento trabalha "com uma previsão de recessão de 2% para 2013" e, por isso, o défice orçamental ficará nos 5% do PIB, acima da meta do Governo de 4,5%. "É realista pensar que entre 2013 e 2014 vamos poupar ainda 4.300 milhões de euros?", questiona Paulo Trigo Pereira. Por este motivo o profes-

sor do ISEG só está a ver uma solução: "Reduzir os encargos com a dívida pública já a partir do início de 2013", já que a solução do Banco Central Europeu de comprar dívida só acontece no final do próximo ano e está dependente do regresso aos mercados. Trigo Pereira defende, assim, que em termos técnicos e políticos, é preciso "demonstrar que é impossível fazer o ajustamento com as condições previstas" e avançar para uma "federação política".

Jorge Braga de Macedo, ex-ministro das Finanças, considerou que é importante "olhar para o défice estrutural primário", classificando o ajustamento ocorrido desde 2010 como "sólido e impressionante do ponto de vista da reputação". No entanto, o ex-ministro das Finanças refere que este indicador "esconde a diferença entre há entre o PIB potencial e o PIB real". Braga de Macedo deixa a dúvida: "Será que as reformas estruturais ainda vão a tempo de abrir a economia?". Apesar de reconhecer a dificuldade de comparar as reformas estruturais, o ex-ministro das Finanças não deixou de identificar o problema: "A nossa economia é fechada". ■



"Chegados a meio do programa de ajustamento, devemos começar a pensar ainda mais no que deve ser o País no médio/longo prazo", disse Fernando Ulrich.



"[O défice estrutural] esconde a diferença que há entre o PIB potencial e o PIB real", salientou o ex-ministro das Finanças, Braga de Macedo.



"Infelizmente, já existem alguns sinais de que [as exportações] estão em desaceleração", afirmou o professor do ISEG, Vítor Gonçalves.



Paulo Trigo Pereira, também professor do ISEG, defendeu que é necessário "reduzir os encargos com a dívida pública já a partir do início de 2013".

CONFERÊNCIA ORÇAMENTO DO ESTADO 2013

Legalidade do IRS deve ir ao Tribunal Constitucional

Imposto acima da capacidade contributiva e pouco progressivo deve ser analisado pelo Constitucional.

Paula Cravina de Sousa
paula.cravina@economico.pt

A constitucionalidade do novo regime de IRS deve ser analisada, uma vez que a proposta do Governo coloca vários problemas ao nível quer da progressividade, quer da capacidade contributiva das famílias, que tornam o imposto confiscatório.

Os especialistas que estiveram ontem presentes no III Fórum da Fiscalidade, organizado pelo Diário Económico e pela Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas dedicado ao Orçamento do Estado para 2013 (OE/13), defendem que o IRS tal como será aplicado a partir de 2013 é confiscatório. "O Estado não pode exigir um confisco", afirmou o ex-secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, António Carlos dos Santos, pelo que "a questão tem de ser analisada pelo Tribunal Constitucional".

O fiscalista explicou que "um confisco é algo que é exigido para além da capacidade contributiva" e afirmou que o Governo o reconhece no próprio relatório do OE/13, citando o documento. "Assiste-se a uma distribuição mais equitativa de rendimentos na economia, uma vez que a estrutura de escalões e taxas foi desenhado de modo a que o esforço contributivo cresça mais depressa do que a capacidade contributiva", pode ler-se no OE/13.



O MOMENTO

O ex-secretário de Estado, António Carlos dos Santos, apresentou apenas um 'slide' durante a sua intervenção. A imagem mostrava um ecrã de Multibanco em que todas as possibilidades de pagamento se referiam a 'Pagamentos ao Estado', mostrando o "enorme" aumento da carga fiscal tal como já o reconheceu o ministro das Finanças, Vítor Gaspar.

"Isso é confisco", concluiu.

Quanto à progressividade, os especialistas referem que esta noção deve ser reavaliada. Os novos escalões de IRS "dão ideia de que há progressividade nominalmente e formalmente", como disse Carlos dos Santos. "Mas se se tiver em conta quanto é que os escalões mais baixos e os mais altos vão pagar, em termos percentuais, quem está mais abaixo vai pagar mais do que quem está acima". "Há que ver bem o que se entende por progressividade e só isso mereceria uma análise do Tribunal Constitucional".

Por outro lado, o ex-secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, Rogério Fernandes Ferreira, afirmou que o sistema de IRS está cada vez mais descaracterizado, dando como exemplo a sobretaxa de 4%. "Não é progressiva e é proporcional porque incide da mesma forma sobre o rendimento", explicou. Além disso, "será feita uma retenção autónoma das retenções na fonte feitas no IRS, tem uma dedução específica autónoma do IRS e não tem quociente conjugal", acrescentou. Trata-se, por isso, de "um imposto completamente diferente do IRS, e levantar-se-á a questão se o IRS ainda é o único imposto que incide sobre o rendimento e, se sobre o rendimento não pode haver um imposto proporcional". Neste sentido, Carlos dos Santos afirmou que "através da sobretaxa cresce o elemento da proporcionalidade em detrimento da progressividade [no IRS] e isso afecta sobretudo os estratos mais baixos". A proporcionalidade aumenta também por efeito da taxa máxima de IRS - de 54,5%. "A última taxa, que é sempre proporcional por definição, vai aplicar-se mais vezes e a muito mais gente", já que aqui vão caber os rendimentos a partir de 80 mil euros por ano.

Para o ex-secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, Vasco Valdez, "o aumento brutal da carga fiscal é resultado do insucesso da arrecadação de receita em 2012", advertindo que "a margem de manobra do Governo e do bolso dos contribuintes vai diminuindo à medida que se sucedem os falhanços". Vasco Valdez afirmou ainda que "um país que cumpre, indo até mais longe do que lhe é pedido, pode aproximar-se de um país que não cumpre, como a Grécia", alertando para o perigo de uma espiral recessiva. ■



Orçamento do Estado também terá estímulos às empresas

O secretário de Estado Adjunto da Economia e do Desenvolvimento Regional, António Almeida Henriques, afirmou ontem que "este Orçamento do Estado não viverá só de austeridade, mas também de estímulo empresarial". O responsável preferiu realçar algumas medidas destinadas às empresas como a autorização legislativa que possibilita a criação do chamado IVA de

caixa. Isto é, as empresas só entregam aquele imposto ao Estado quando os seus clientes pagarem. "Esta medida irá dar mais liquidez para garantir a sustentabilidade das empresas", afirmou Almeida Henriques. Por outro lado, o responsável sublinhou uma nova linha de crédito no valor de dois mil milhões de euros que será utilizada para financiar as PME no curto-prazo. Além disso, o OE/13 fixa o compromisso para

que sejam constituídos fundos de capitalização de 500 milhões de euros. Almeida Henriques realçou ainda "a missão relâmpago" feita na Argélia, em que Portugal celebrou um acordo com o ministro da Habitação argelino para que empresas portuguesas construam 50 mil habitações naquele país. Os contratos celebrados poderão representar investimentos de dois mil milhões de euros, referiu.

Paulo Alexandre Coelho



CONFERÊNCIA ORÇAMENTO DO ESTADO 2013



1 Aspecto do Salão Nobre do Hotel Ritz, em Lisboa, que foi pequeno para as quase 500 pessoas que assistiram à conferência.

2 José Lourinho e José Pinhão Rodrigues aproveitaram para conversar durante o intervalo para café.

3 Valdemar Oliveira e Fernando Sarra.

4 Domingues de Azevedo, bastonário dos OTOC, e António Almeida Henriques, secretário de Estado Adjunto da Economia, ajudam Vasco Valdez a subir para o palco.

5 Aspecto de uma parte da assistência durante o intervalo para café.

6 Fernando Ulrich, presidente do BPI, ouve as explicações de Jorge Braga de Macedo perante o olhar de Vítor Gonçalves, professor do ISEG.

7 Paulo Trigo Pereira, professor do ISEG, à conversa com António Carlos Santos, professor da Autónoma.

8 José Salgueiro, Teresa Reis e Luís Moraes.

